

O ENSINO da

LINGUA MATERNA

Acadêmica Maria Elisabeth Fröhlich Kämpf

I - LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA

1-Faculdade Humana

O homem é um ser eminentemente social, necessitando da linguagem para sobreviver e comunicar-se com seus semelhantes. A faculdade de (re)criar através da linguagem, manipulando sistemas de comunicação, é um dom inato do ser humano.

A linguagem, além de ser instrumento de comunicação, serve para estruturar o mundo interior do homem, servindo-lhe para pensar e conhecer, e sempre para, previamente, construir no espírito o que vai exteriorizar. Assim sendo, a linguagem possui uma função interna, que envolve o ato de pensar, e uma função externa, que é a própria comunicação com seus semelhantes.

Situar a linguagem entre as "instituições" humanas, apresenta vantagens: elas, as "instituições" são o resultado da vida em sociedade, assim como a linguagem é, segundo Martinet (Martinet, 1973, p.6), essencialmente um instrumento de comunicação.

Linguagem articulada constitui o apanágio do homem, é própria do homem, se bem que, como os outros animais, possa ele exprimir as suas intenções por gestos inarticulados, por gestos e pelos movimentos dos músculos faciais. Selvagem ou civilizado, o homem sempre mostra o conhecimento de um sistema especial de sinais articulados: usa uma linguagem própria. Os animais emitem apenas ruídos uniformes, manifestando sentimento de dor, espanto, alegria entre outros.

Somente o aparelho fonador possui a complexidade exigida para a emissão de sons variados, possuindo a capacidade de exprimir todas as modalidades de pensamento.

Scheicher (apud Coutinho, 1974, p.27) afirma que a linguagem, a expressão do pensamento por palavras, é o único característico do homem. O animal possui sinais fônicos para expressar seus sentimentos, estabelecendo por meio de sinais uma comunicação dos sentimentos entre os animais, como através de outros sinais. Expressão da sensação pode produzir representações nos outros. É por isso que se fala na linguagem dos animais, em bora não possuam eles capacidade de expressão imediata do pensamento pelo som.

Estabeleceu-se uma discussão em torno da localização da faculdade da linguagem nos indivíduos normais, surgindo dois

posicionamentos (Coutinho, 1974, p.22): Dax, Broca e Charcot, entre outros estudiosos, defendem a tese de que a faculdade humana da linguagem localiza-se no terço posterior da terceira circunvolução frontal do hemisfério esquerdo. Grammont, por sua vez, afirma que não se pode precisar a sede exata da faculdade da linguagem, mas que ela se encontra entre a base da terceira circunvolução frontal e da primeira temporal.

Os sinais que constituem a linguagem podem ser naturais, gritos instintivos, ademanes e movimentos espontâneos do corpo, ou artificiais, conjunto ordenado de palavras faladas e escritas, usadas por cada povo para exprimir suas idéias e pensamentos. Os sinais naturais constituem a linguagem natural, a linguagem não-verbal; os sinais artificiais constituem a linguagem artificial, a linguagem verbal. A última forma de comunicação é específica do homem, é a linguagem na verdadeira acepção da palavra.

É verdade que nem todos os teóricos concordam no fato de que todo ser humano possui, quando nasce, uma predisposição que faculta a aquisição da linguagem. Assim, nem todos os estudiosos aceitam a idéia de que a linguagem é uma característica inata do homem.

2-Língua e Fala

A linguagem tem um lado individual, a fala, e um lado social, a língua, sendo impossível conceber um sem o outro. A cada momento, a linguagem implica, ao mesmo tempo, um sistema estabelecido e uma evolução. Sem o convívio social, a predisposição de adquirir linguagem se atrofia. Assim, a aprendizagem, na criança, se dá por imitação.

A língua é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, a dotadas pelo corpo social para permitir o uso desta faculdade nos indivíduos. Saussure (apud Lopes, 1976, p.76) designa por língua o próprio sistema da língua: o conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas que determinam o emprego dos sons, das formas e das relações sintáticas, necessárias para a produção dos significados.

Embora exista uma consciência de cada indivíduo, a língua é um sistema supra-individual na medida em que ela é definida pelo grupo social ao qual o indivíduo pertence. Cada língua se distingue das outras através de seus próprios sons, e pela organização particular dos sons em formas funcionais.

A língua é o instrumento peculiar da comunicação, distinta da fala, e que representa a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo: o homem, por si só, não pode modificar a língua. O falante, ao nascer, já encontra a língua, que deverá falar, formada e em funcionamento. A sociedade impõe ao indivíduo a língua como um código obrigatório para que as mensagens sejam compreendidas.

A característica essencial da fala é a liberdade de combinações; a fala aparece aí como "combinatória" individual que atualiza elementos discriminados dentro do código.

"... a "langue" é a condição para a existência da "parole", exatamente como a sociedade é a condição para a existência do indivíduo. Em resumo, para Saussure, a linguagem é a soma da língua e do discurso; a língua é a linguagem menos o discurso. E a "parole" se assimila à natureza do acontecimento." (1)

A dicotomia que Saussure denominou de "langue/parole", Hjelmslev denominou de "esquema/uso"; Jakobson, usando a terminologia da informação, apresenta "código/mensagem", noções que correspondem, aproximadamente, às dos termos utilizados por Chomsky para "competence/performance".

A linguagem abrange um conjunto multiforme de fatores físicos, fisiológicos e psíquicos. A língua, por sua vez, aparece como uma totalidade uniforme, pois tem uma função social predominante e é um sistema de signos distintos. Este sistema é uma criação da coletividade, por meio do qual se exerce a faculdade da linguagem.

Na parte psíquica da linguagem, a língua aparece como essencial e social, e a fala como parte acessória, executiva da língua. A fala, de aplicação momentânea, é fruto da necessidade psicológica de comunicação e expressão. Como realização individual da língua, a fala torna-se flutuante e varia, mudando de indivíduo para indivíduo, de situação para situação. A fala é alterada facilmente por fatores, tais como: estados psíquicos, ascensão social, imigração e mudança de atividade. É, a fala, um fator de modificação e não de criação, pois o indivíduo, pelo ato da fala, não cria a língua, porque recebe e usa o que a sociedade lhe ministrou e, de certa maneira, lhe impôs.

3-A Ciência da Linguagem

Linguística é a ciência da linguagem. A definição en-

(1) Ver de (1) a (9) em Referências Bibliográficas. Pág. 65.

volve o assunto em certas relações com outras disciplinas e ciências fora de si mesma e o subdivide em diferentes ramos. Cumpre pois, estabelecer a diferença entre Linguística Geral como ciência, o estudo científico da linguagem, e o estudo das línguas em particular. O estudo das línguas é familiar à maioria das pessoas e teve papel relevante nos diversos estágios da educação no mundo por algum tempo. O estudo da Linguística, a ciência da Linguagem, é um novo campo da pesquisa em desenvolvimento.

A Linguística Geral abrange a linguagem humana como parte universal e reconhecida do comportamento e das faculdades do homem, uma das mais essenciais à vida humana e uma das capacidades de maior alcance em relação à toda extensão de relações humanas.

É impossível saber-se alguma coisa de cada língua. Os linguistas concentram-se em um número limitado, incluindo suas línguas nativas, variando o número de línguas estudadas e a profundidade de conhecimentos adquiridos de cada uma de um linguista para outro. O linguista deve conhecer muito sobre algumas línguas, e quanto mais línguas conhecer, melhor equipado estará na sua especialidade.

O campo da Linguística é o estudo da linguagem em todas as suas manifestações e formas; é a preocupação científica do lugar da linguagem na vida humana, das maneiras como é organizada para a satisfação das necessidades e função a que serve e realiza.

Parte da justificação da Linguística Geral está na tarefa de examinar a teoria que existe por trás da prática do professor e do estudante de línguas.

"Ensino prático das línguas será, por razões lógicas, grandemente restringido a línguas que possuem uma literatura mundialmente reconhecida ou que sirva a um número considerável de falantes, tanto como primeira língua (nativa) como na segunda língua adquirida devido ao comércio, educação..." (2)

A Linguística abrange as línguas vivas, usadas como meio de comunicação, e as línguas mortas, não mais faladas, mas conhecidas através de registros escritos, como manuscritos, textos impressos ou inscrições.

Com o objetivo didático e a fim de oferecer uma visão de conjunto, Leonor Scliar Cabral (Cabral, 1974, p.10-1) organizou um esquema que engloba as principais divisões da Linguística.

Linguística Teórica	Linguística Aplicada
1-Natureza da língua 2-Linguística diacrônica 3-Linguística sincrônica 4-Linguística comparativa 5-Dialetologia 6-Línguas em contato 7-História da Linguística	1-ao ensino de línguas: a)maternas e falantes nativos b)nacional e outras comunidades. c)segundas, terceiras, etc. 2-à elaboração de regras ortográficas 3-às técnicas de alfabetização 4-à tradução 5-à estilística 6-a outras ciências: Etnologia, Psicologia, Teoria da Comunicação, Política, Filosofia.
Estrutura das Línguas: 1-Fonética e fonologia 2-Morfossintaxe 3-Lexicologia e semântica ou sintaxe, semântica e fonologia.	
Ciências Interdisciplinares: -Sociolinguística -Psicolinguística	

A Linguística aplicada só poderá dar bons resultados a partir dos dados fornecidos pela Linguística teórica. Atualmente, a Linguística busca a adequabilidade explanatória: o encontro de uma teoria geral que permita a seleção da melhor gramática. Assim, sem dúvida, mais do que nunca avulta a prioridade da Linguística teórica sobre a aplicada. A escolha do melhor método para ensinar línguas depende da fundamentação dos princípios gerais de aquisição da língua. (Cabral, 1974, p.11)

II - FUNÇÕES DA LINGUAGEM

1-Colocações Iniciais

O homem é o sujeito da atividade da linguagem, empenhado no ato de intercâmbio com os membros de seu grupo social. Os seres humanos "comunicam" entre si por meio de palavras. Portanto, uma das funções da linguagem é a "comunicação".

A comunicação se processa através de um sujeito falante colocado, ao menos intencionalmente, na presença de outro ou de outros sujeitos, considerado o homem na sua natureza de ser social, e servindo-se da linguagem para satisfazer a necessidade de relação com outros homens.

A comunicação só é possível na base de um sistema de sinais convencionais: é através de um código que se transmitem mensagens.

O falante elabora ou codifica a mensagem para, usando convencionalmente a voz, remetê-la aos ouvidos do destinatário; esse, o receptor, decifra ou decodifica a mensagem para, se for o caso, feito falante por sua vez, elaborar uma resposta ou mensagem e transmiti-la ao seu interlocutor. É o circuito da comunicação em que os interlocutores, alternadamente, são falante ou emissor e ouvinte ou receptor e falante ou emissor, estabelecendo-se a conversação. No caso de não haver alternância, mas apenas um comunicante ativo, temos a "difusão", presente em conferências, discursos, rádio, jornal entre outros. O monólogo em voz alta e monólogo silencioso ou interior são variantes da conversação.

A linguagem se realiza também quando o indivíduo está só perante si mesmo, e não unicamente quando está perante outros homens, com os quais se comunica.

A realização da linguagem na satisfação da necessidade do ser cognoscente isolado, encontramos-a com nitidez, em momentos em que o indivíduo, na solidão, dominado por um estado psíquico profundamente emotivo, é obrigado a exteriorizar, a configurar através de palavras audíveis, os seus conteúdos de consciência. É a função de exprimir os sentimentos do homem sem preocupação maior com a reação dos ouvintes.

Há também o falar só, o "falar com seus botões", fato presente em nossa vida.

Assim, além da função de "comunicação", há uma segunda função da linguagem: "pura ou mera exteriorização". Na primeira função o homem usa a linguagem para comunicar alguma coisa; na segunda, ele exterioriza alguma coisa.

Existe uma certa forma de conhecimento que só na linguagem se realiza. É nela que se dá a forma mais perfeita do conhecer humano. É por meio da linguagem, do seu exercício que o homem procura à penumbra de sua consciência certos conteúdos que aí se encontram para trazer à plena luz de um conhecer mais perfeito.

"O conhecimento que se designa pelo nome de "conhecimento discursivo" - o "discurso da razão" -, mas antes desse já o próprio juízo, constituem fundamentalmente modos de conhecer verbalmente realizados, que utilizam as palavras (mesmo quando não sonoramente produzidas) como formas e instrumentos de apreensão da realidade." (3)

Há portanto, segundo Carvalho, uma terceira função da linguagem, constituída pelo "conhecimento", que em certo sentido precede as funções de "comunicação" e a de "pura exteriorização", sem a qual essas não poderiam sequer existir.

O conhecimento realiza-se na aquisição do saber lingüístico. A criança, na I^a fase do seu desenvolvimento, adquire e desenvolve o uso da linguagem; a aprendizagem da técnica da fala constitui uma aquisição de conhecimento. Na aprendizagem de palavras, expressões, formas gramaticais, a criança toma conhecimento das realidades que essas palavras, expressões e formas gramaticais significam, transformando o mundo desordenado e confuso das sensações, exclusivamente sensíveis, em uma nova ordem.

A função interna, a do conhecimento, deve ser entendida como função primária da linguagem, tanto do ponto de vista do indivíduo falante como sob a perspectiva da comunidade. O indivíduo se realiza como ser humano através do conhecimento, diferenciando-o dos demais seres dotados de vida e de sensibilidade. O conhecimento também é a função primária da linguagem na comunidade, pois para que ela exista, é necessário que se realize a comunicação, sendo indispensável que haja algo a comunicar.

A linguagem não se restringe unicamente a uma forma de pensar. Ela é essencialmente uma forma de manifestação através de sinais externos, necessitando de instrumentos materiais que são as palavras e as frases.

2-Posicionamento de Martinet

Para Martinet, a linguagem possui cinco funções: comunicativa, suporte do pensamento lógico, meio de expressão, afirmação do eu e estética.

A função "comunicativa" é a mais importante, garantindo o bom funcionamento das línguas. A função essencial do "instrumento", a língua, reside na "comunicação", principal instrumento de interação social, pelo qual se dá a socialização do indivíduo no processo de aprendizagem. O emissor transmite ao receptor informações, utilizando um código comum aos membros de uma mesma comunidade lingüística. Assim, o português é o instrumento para que os indivíduos da "língua portuguesa" se relacionem entre si. É na comunicação, compreensão mútua, que reside a função principal da língua. É importante salientar que a língua de cada um se corromperia rapidamente se não houvesse necessidade de se fazer compreender: a necessidade permanente conserva em bom estado o utensílio, o instrumento, a língua.

As línguas servem, simultaneamente, de "suporte ao pensamento lógico", porque formalizam através das suas articulações o que seria desordenado, caótico. O global se organiza em classes através da formalização lingüística.

A diferença entre a função comunicativa e a expressiva está nos fins visados pelo utente: na expressiva, o utente é movido pela necessidade de exteriorizar-se, sendo o interlocutor elemento secundário.

A "afirmação do eu" relaciona-se com as oposições eu/tu, eu/cosmos, propiciadas pela incorporação da língua, refletindo profundamente na psicologia do ser humano. O exercício gradativo dessa função é observado na criança ao passar do emprego exclusivo da terceira pessoa do discurso para a utilização das três pessoas, à medida que sistematiza com clareza as oposições.

A função "estética" é uma gradação da função expressiva, sendo difícil de analisar, pois se confunde com as funções comunicativa e expressiva. A diferença básica reside na intencionalidade do emissor em produzir uma obra de arte e na consecução desse objetivo.

3-As Funções de Bühler

Karl Bühler (apud Martins & Zilberknop, 1978, p.27) afirma que um enunciado estabelece uma relação tríplice: com o emissor, primeira pessoa, com o receptor, segunda pessoa, e com as coisas sobre as quais se fala, terceira pessoa. Partindo desta relação, Bühler encontrou três funções na linguagem: expressiva, apelativa e representativa.

A função "expressiva" ou de "exteriorização psíquica" caracteriza-se por ser a expressão de nossos estados de alma. Funciona fundamentalmente como sintoma do emissor sobre o receptor.

Na função "representativa" predomina a linguagem humana, explicando-a. É a possibilidade que tem a linguagem humana de exteriorizar conceitos, servindo de mediadora na nossa relação com o mundo, sendo responsável pela significância e pela articulação.

A função "apelativa" ou de "atuação social" ou "apelo" é a atuação do codificador sobre o decodificador da mensagem. Esta função decorre do fato de o emissor dirigir-se sempre à outra pessoa, atuando sobre ela.

Bühler apresenta as três funções baseado no modelo triádico da linguagem, correspondendo a um centrar-se, respectivamente, numa "terceira pessoa", alguém ou algo de que se fala, nu

numa "primeira pessoa", o remetente, e numa "segunda pessoa", o destinatário. Caracterizou funcionalmente a linguagem através dos aspectos das três pessoas do discurso, residindo o seu mérito nos acréscimos de ordem psicológica que explicitaram as diferentes relações surgidas das interações entre o remetente e o destinatário (Guarany & Bentz, 1975, p.17).

Matoso Câmara e Cassirer (apud Cabral, 1974, p.186) as sinalam o fato de que através da representação se opera uma real reconstrução do mundo dos objetos, residindo aí a diferença entre a linguagem humana e animal: por meio das duas articulações, o signo lingüístico apresenta caracteres de permanência quanto ao significado e indivisibilidade.

A função representativa corresponde, de forma aproximada, ao que Martinet denomina de função comunicativa e suporte do pensamento.

4-Funções de Jakobson

Jakobson apóia-se nas funções de Bühler, desdobrando as com nova terminologia: referencial, denotativa ou cognitiva, emotiva e conotativa. Além destas, acrescenta mais três funções, fruto da observação da linguagem infantil, dos deficientes da linguagem e dos textos literários: fática, metalingüística e poética. Enfatiza assim, mais alguns elementos no processo da comunicação: o canal, o código e a mensagem.

A função "referencial", "denotativa" ou "cognitiva" é circunscrita ao "contexto". Aponta o sentido real das coisas e dos seres.

A função "emotiva", também chamada "expressiva", está centrada no remetente, possibilitando a transferência de sentimentos, de emoções, que, por sua vez, suscita reações emocionais naquele que escuta. Centra-se no sujeito emissor e tenta suscitar a impressão de um sentimento verdadeiro ou simulado. A mensagem emotiva se realiza pela própria configuração sonora, pelo uso das interjeições, seu mais puro meio de manifestação, por grafemas como ponto de exclamação, reticências ou pelo prolongamento de vogais.

A função que visa o destinatário é a "conotativa", "apelativa" ou "imperativa". Tem por finalidade atuar sobre o sujeito receptor, influenciando seu modo de pensar, de agir: é de cunho persuasório.

Todo ato de verificação da funcionalidade do canal realiza a função "fática" ou de "contato". Entende-se por canal o suporte físico e/ou a conexão psicológica: no circuito da comu-

nicação há uma necessidade permanente entre os interlocutores de suscitar a audiência e de garantir a sua permanência no decorrer do diálogo.

Os signos fáticos são formas vazias ao nível transfático, uma vez que não interferem no corpo da própria narrativa, procurando simplesmente ao nível denotativo possibilitar a narrativa. Ela visa estabelecer, prolongar ou interromper a comunicação e serve para testar a eficiência do canal, como no exemplo: Alô, alô, astronautas, vocês estão ouvindo?

Jakobson observa que a função fática é a única partilhada ou comum entre seres humanos e animais. Entretanto, Karl von Frisch (apud Guarany & Bentz, 1975, p.17) demonstrou que as abelhas possuem um código de sinais que lhes possibilita a comunicação através do desempenho rudimentar da função referencial.

No ato metalingüístico, a verificação que os parâmetros do código usados são comuns, determina a existência da função "metalingüística". Esta função consiste numa recodificação e passa a existir quando a linguagem fala dela mesma, servindo para verificar se o emissor e o receptor estão usando o mesmo repertório. A linguagem objeto referencia o sistema de objetos, e a metalinguagem referencia a própria linguagem.

Os falantes utilizam a função, inconscientemente, quando fazem inquirições sobre o significado das palavras. As crianças, por sua vez, utilizam a função metalingüística na incorporação do léxico. Função de glosa, seu papel é relevante no ato da comunicação diária, visto que a partir dela é que se pode reajustar os conceitos.

A função "poética" centra-se na mensagem, que aqui é mais fim do que meio. Não centra a oposição da função poética na intencionalidade em produzir uma obra de arte e sim na inclinação do emissor para a mensagem em si mesma. Predominando nela a conotação e o subjetivismo, opõe-se à função referencial.

Procurando ser denotativo, toda a sistematização pressupõe uma escolha num dado repertório (Guarany & Bentz, 1975, p.20). Assim, estamos indo na direção oposta à realização da função poética, uma vez que esta nada mais é do que a manifestação do princípio de equivalência do eixo paradigmático sobre o sintagmático. Conhecida também como "expressiva" ou "estética", a função poética está voltando para a mensagem.

5-Popper e as Funções

Popper (apud Voese, 1977, p.11) classifica as funções da linguagem em "funções superiores" e "funções inferiores".

As funções de "autoexpressão" e de "sinalização" são colocadas por Popper como funções "inferiores" porque estariam ao nível da linguagem dos animais, informando sobre as condições do organismo, e tentando o estabelecimento da comunicação, na esperança de alcançar uma resposta qualquer. Estas funções inferiores poderiam ser denominadas de "comunicativa" ou "contativa" (Voese, 1977, p.11).

As funções "superiores" de "descrição" e de "argumentação", segundo Popper, são características próprias, exclusivas do homem: somente ele é capaz de colocar-se ao nível destas funções superiores. A linguagem descritiva requer a participação da mente humana que controla a verdade contida na descrição. "... o critério que é mais aceito para testar a verdade (ou validade) é o da coerência." (Voese, 1977, p.11)

O estágio mais avançado da razão crítica é a linguagem com função argumentativa, pois apresenta um juízo em termos de valores que se efetuará em um nível totalmente abstrato. A linguagem argumentativa seria a plenitude da capacidade humana, "ou o único instrumento verdadeiramente útil ao homem na sua luta pela sobrevivência". (Voese, 1977, p.12)

A característica da linguagem nas funções superiores é a lógica. Já nas inferiores, a linguagem, a língua natural, não se reveste desta característica, ou se organiza a partir de uma lógica diversa daquela que nos é conhecida.

"As mais importantes criações humanas, com os mais importantes efeitos de retrocarga sobre nós mesmos e especialmente sobre nossos cérebros, são as funções mais altas da linguagem humana; mais especialmente, a função descritiva e a função argumentativa." (4)

Mesmo sendo diversas as funções da linguagem, elas não ocorrem, necessariamente, de maneira isolada. A comunicação pode se dar a partir de qualquer uma das funções que a linguagem esteja exercendo, embora não ocorra o contrário. Assim, a descrição e a argumentação, para que se tornem válidas e sejam aceitas no processo cultural hodierno, precisam de linguagem diversa daquela que manifesta um estado de organismo, ou que tenta somente manter contato com outro indivíduo, a autoexpressão e a sinalização.

É importante salientar:

"O que caracteriza a linguagem humana não é a função comunicativa, mas exatamente as que Popper chama de superiores."

A possibilidade de comunicação, em determinados níveis, será sempre uma consequência das funções descritiva e argumentativa."

(5)

III - NÍVEIS DA LÍNGUA (GEM)

1-Considerações Iniciais

A comunicação falada não é regida por normas fixas e imutáveis, sofrendo transformações através dos tempos, comprova das através da comparação de textos antigos com modernos, ocorrendo grande mudança tanto no estilo como na expressão lingüística.

Vários são os fatores que levam as pessoas a se comunicarem de formas diversas: época, região geográfica, ambiente e "status" sócio-cultural dos falantes.

A língua-padrão é uma decorrência da imitação do modelo de linguagem comum ao grupo social mais culto. Uma mesma pessoa, conforme o meio em que se encontra, ou a situação sócio-cultural das outras pessoas com quem se comunica, poderá usar diferentes níveis de língua. Assim, vemos que há dois tipos de língua: a falada e a escrita. Não há, necessariamente, identidade entre a língua que o povo fala e a que escreve. Entre as pessoas que vivem no mesmo meio, mas com estatuto social particular, aparece com frequência e com grande coerência, um conjunto de divergências lingüísticas.

"A criança identifica sempre esses traços lingüísticos divergentes não só com as realidades que supõe corresponder-lhes, mas também com a personalidade dos que o manifestam e as circunstâncias em que surgem." (6)

Os adultos se admiram quando certas crianças usam termos com sentido exato das conveniências, das circunstâncias esperadas pela sociedade. Entretanto, isto se relaciona com as condições em que a criança aprende a língua.

A mensagem para chegar ao receptor precisa ser codificada: assumir forma física. Ao codificarmos uma mensagem, isto ocorre dentro de um "ambiente" físico ou cultural, que imprimirá nela certas marcas. Sapir (apud Tondo, p.73) sugere o uso do termo "ambiente" tanto com referência a fatores físicos como sociais que escapam à vontade do homem. E tais fatores refletem no código falado e escrito. A rigor, é claro, porém, que o am-

biente físico são se reflete na língua na medida em que atuarem sobre ele as forças sociais (Tondo, p.73).

Toda a influência ambiental, na elaboração de uma mensagem, se reduz à influência da parte social do ambiente. Essas ocorrem no léxico, na fonética e na forma gramatical, isto é, no vocabulário, no sistema de sons e nos processos formais.

A seleção do vocabulário é que mais claramente espelha o ambiente físico dos falantes, porque ela projeta a maneira de pensar, os interesses e as ocupações de uma determinada comunidade. Não é a simples existência do ambiente físico que altera o léxico de uma mensagem, mas o interesse que o falante tem nele.

As alterações fonéticas vão transparecer na forma das palavras, como nas metáteses em que as trocas de posição de fonemas vão se refletir na forma vocabular: "prateleira" e "partileira".

No que concerne à forma gramatical, à sintaxe, processos ou métodos que se usam para concatenar as palavras em seqüências, sentenças, no português falado no Brasil, a simplificação das flexões verbais e nominais, principalmente na língua popular. Segundo Nádia Velinho Tondo (Tondo, p.75), a redução das flexões correspondem a um desvio da norma, pois elas permanecem na língua padrão. E sendo assim, não se trata de pura evolução histórica da língua, mas uma espécie de anomalia lingüística de influência ameríndia e africana. A escola tem como tarefa neutralizar as influências, as quais são tidas como degenerativas e preservar o sistema de flexões (Tondo, p.75).

Ao apontar o ambiente como influenciador na codificação da mensagem do ponto de vista fonético, léxico e sintático, admitimos, sem dúvida, a adequação da mesma ao ambiente dos falantes, gerando os usos da língua.

2-Usos da Língua Falada e Escrita

A "língua culta" é a falada pelas pessoas de instrução nivelada pela escola, obedecendo à gramática da língua-padrão e, por isso é mais restrita, privilégio e conquista central de poucos falantes.

Na "língua culta", a mensagem é codificada com relativa observância ao aspecto normativo da língua. O critério dominante no uso da língua é o mais alto índice de gramaticalidade como sinônimo de correção, e não a funcionalidade em si. Importando as normas que têm prestígio na comunidade culta, são as menos usuais, as menos freqüentes e as menos aceitáveis, adota-

das por um grupo muito restrito.

A "língua coloquial" é a espontânea, usada para satisfazer as necessidades básicas do falante sem preocupação maior com formas lingüísticas. É a linguagem cotidiana, com pequenos erros perdoáveis, deslizes gramaticais.

A "língua vulgar" é a própria das pessoas sem instrução, natural, colorida, expressiva, livre de convenções sociais. É mais palpável, pois envolve o mundo das coisas, transgredindo totalmente as normas gramaticais.

Comparando-se o uso coloquial e o vulgar, chega-se à conclusão de que o último não procura, ao menos, aplainar as arestas cruas da realidade, intimidando e constringendo o ouvinte. Já o uso coloquial está sempre nas palestras informais e na prosa dos escritores mais representativos.

A "língua regional" é circunscrita a regiões geográficas, caracterizando-se pelo acento lingüístico, que é a soma das qualidades físicas do som: altura, timbre e intensidade. Possui vocabulário próprio, típico de cada região.

Na codificação de uma mensagem estão presentes as marcas que caracterizam a região de onde provém o falante. Essas marcas transparecem especialmente no acento lingüístico e também no léxico denotativo dos interesses e ocupações dominantes na região.

A "língua grupal" é hermética, porque pertence a grupos fechados. A "língua grupal técnica" desloca-se para a escrita, existindo tantas quantas forem as ciências e as profissões. Ela só é entendida, compreendida quando sua aprendizagem se faz junto com a profissão. A "língua grupal gíria" é a gíria policial, a dos jovens e a dos estudantes entre outras.

Os códigos particulares que constituem a língua grupal, são, para a grande maioria, uma espécie de linguagem cifrada, e o acesso a ela se verifica na medida em que aumenta o interesse por uma ou outra especialização.

Com o léxico dos jovens ocorre um fenômeno diferente do que ocorre com os outros sublêxicos especializados, com as outras línguas grupais. A gíria dos jovens, mesmo criada para formar um mundo à parte do adulto, torna-se cada vez mais difundida, graças aos modernos meios de comunicação. A gíria jovem é assimilada de forma inconsciente, por força do automatismo psíquico, tanto é que são mesmo uma minoria os velhos que não conhecem a linguagem da juventude. A gíria dos jovens também difere das diversas profissões, porque enquanto essa é mais estável, já pelos próprios conceitos científicos serem universais, a

quele é marcada pela transitoriedade, desgastando-se pelo uso continuado.

A "sigla" pertence à linguagem grupal, mas seu uso é tão intenso entre nós que bem pode ser dado como um processo moderno de formação de palavras.

Além desses usos da língua, existe uma comum, endereçada a todos os indivíduos do território nacional. É supra-regional e acrônica, sobrepondo-se às variantes regionais e não está condicionada aos interesses do momento. Não tem época, é sempre atual. É a "língua-padrão". É o código escrito presente nas mensagens oficiais. É a língua que obedece a todos os parâmetros gramaticais, endereçando-se a todos os indivíduos do presente e do futuro. Suas qualidades essenciais: gramaticalidade, correção, clareza, regulamentação e conservadorismo. É a língua que lida com o mundo das idéias, por isso prima pela objetividade. É apreendida na gramática normativa, donde o seu caráter conservador e até arcaizante em relação à língua falada que é espontânea e natural.

"Língua literária" é o instrumento utilizado pelos escritores. Caracteriza-se por um código cuja base é o plurisigno, o signo de muitas valências com função, antes de sugerir e sensibilizar do que expressar verdades. É criadora, pois nasce da subjetividade do artista em captar a realidade. É a língua da poesia e da prosa artística. Diferencia-se da língua padrão por perseguir um objetivo essencial: a realização do belo através da palavra. Resulta da simbiose harmônica da língua transmitida com a adquirida. A língua transmitida é aquela que recebemos do nosso ambiente social, com o seu vocabulário caracteristicamente afetivo, com suas particularidades morfológicas e sintáticas. A língua adquirida é a que a escola e as nossas experiências na vida nos fizeram assimilar.

IV - LÍNGUA MATERNA

1-Linguística e o Ensino das Línguas

A Linguística aplicada se utiliza dos dados fornecidos pela Linguística teórica, combinando-os com aqueles necessários ao campo ao qual se destina.

Ao ensino da língua a falantes nativos, proporcionará a obtenção de maior rendimento: apoiando-se nos resultados da teórica terá ao seu dispor descrições mais atualizadas da língua,

levando em conta as variedades, os registros entre outros aspectos.

A integração das minorias lingüísticas torna-se tarefa facilitada no confronto de duas línguas, pois este permite traçar uma hierarquia de dificuldades bem definidas e assim possibilita planejar a gradação e a intensidade dos conteúdos a ministrar.

O professor de línguas e o lingüista descritivo não têm o mesmo objetivo em relação a uma língua. O professor não se ocupa só com a descrição de uma língua, de sua análise sistemática e exaustiva, mas também facilita a outros a aquisição de uma outra língua, com métodos oportunos e eficazes, ocorrendo a restrição do número de línguas e a determinação do tipo de apresentação. Os lingüistas, por sua vez, descrevem e analisam línguas que nunca serão ensinadas a outros, as quais poderão ser extintas por motivos práticos e econômicos. A língua, importante para o lingüista, poderá não ter importância para o professor.

As técnicas e métodos da lingüística científica, em qualquer nível da análise de uma língua auxiliam e contribuem para o melhoramento do trabalho do professor de línguas: apresentação da matéria em ordem diferente da usada na descrição desinteressada, modificação de acordo com o "back-ground" lingüístico do aluno.

Para Henry Robins (Robins, p.371), a existência de gramáticas de ensino para estudantes, conforme as principais diferenças tipológicas de suas línguas, determinam as maiores dificuldades no trajeto dos estudantes e causam erros na pronúncia e na gramática.

As considerações anteriores são um auxílio na lingüística aplicada, devendo o professor de línguas tomar conhecimento especializado das mesmas, porque estas não fazem parte do trabalho do lingüista descritivo como tal.

A ciência lingüística é estimulada e alimentada pelo trabalho dos professores de línguas. Dominando as línguas estrangeiras, por motivos essencialmente práticos, muniram os lingüistas de grande parte do seu material. Os problemas, as dificuldades que encontraram, levaram a pesquisa lingüística para caminhos produtivos.

O professor de língua que compreende e sabe fazer uso de métodos de lingüística científica torna a tarefa de apresentar a língua a seus alunos bem mais clara e mais fácil.

2-As Ciências Interdisciplinares

A lingüística é uma ciência interdisciplinar. Ela toma emprestada a sua instrumentação metalingüística dos dados elaborados pela Estatística, pela Teoria da Informação, pela Lógica Matemática entre tantas outras ciências. Por outro lado, sendo também uma ciência-piloto, a Lingüística empresta os seus métodos e conceitos próprios à Psicanálise, à Musicologia, à Antropologia, à Teoria e Crítica Literária e outras ciências. Desta forma, ela se dá como Lingüística Aplicada, ao ensino das Línguas e à Tradução Mecânica.

Edward Lopes (Lopes, p.24-5) afirma que não seria indicado isolar a Lingüística das ciências limítrofes do campo da Semiologia, isto é, da ciência que estuda os signos e sinais e/ou sistema de sinais, utilizados em comunicação. Ao mesmo tempo, reivindica a autonomia da Lingüística, do ponto de vista didático, ressaltando que a autonomia de uma ciência não implica no afastamento e na diminuição do relacionamento interdisciplinar. Aliás, segundo o estudioso, não poderia ser diferente o seu posicionamento, pois no entender de Jakobson, a Lingüística se interessa "pela linguagem em estado nascente, pela linguagem em dissolução" (Jakobson, apud Lopes, 1976, p.25).

O fenômeno da linguagem interessa a diversas categorias de estudiosos, tais como: psicólogos, sociólogos e antropólogos.

Estudando o homem como espécie, a Antropologia preocupa-se com o problema da comunicação humana, como: a linguagem em seus diversos níveis, a sua origem e o seu desenvolvimento. Para a Lingüística, a Antropologia é importante por auxiliar a chegar-se à estrutura da linguagem e ao seu funcionamento como tal.

Sendo a linguagem um fato social, forçosamente têm os sociólogos de se interessar pela técnica da comunicação entre os homens. A sociolingüística ocupa-se em descrever os problemas decorrentes da interação lingüística dentro dos grupos e, basicamente, das relações entre o comportamento lingüístico e a estrutura social, nas quais examinadas questões como a dinâmica da mudança lingüística dentro de um contexto social, o papel da aquisição da língua na socialização do indivíduo, a diversidade lingüística e a sua correlação com a diversidade social, as condições nas quais se usam as variedades e/ou línguas e as atitudes dos membros da comunidade para com esses usos. A sociolingüística faz o levantamento das premissas para a elaboração de uma política da língua, tendendo a absorver os estudos que eram realizados pela dialetologia e línguas em contato.

A Psicolinguística investiga os processos e fases de aquisição da linguagem, os processos psicológicos que determinam o seu uso, e os objetos psicológicos do multilinguismo. Estuda ainda as enfermidades da fala, colaborando para o seu tratamento junto a especialistas.

A Psicologia e a Linguística nunca estiveram intimamente ligadas no estudo dos fenômenos da linguagem. O estudo psicológico do comportamento verbal no passado concentrava-se em tentativas de interpretar respostas linguísticas simples em termos da teoria da aprendizagem. Mediante Carrol (Carrol, 1973, p. 82), os lingüistas têm desconfiado das interpretações psicológicas, considerando-as desnecessárias em sua disciplina. Todavia, nos últimos anos, realizaram-se estudos experimentais a respeito do papel da linguagem na comunicação: estudos orientados na direção da teoria da comunicação e da determinação da informação, na forma desenvolvida por Shannon e Wiener, ao invés de na direção da ciência linguística.

"O estudo subsequente do comportamento verbal só poderá prosseguir solidamente se se levar adequadamente em conta o papel da estrutura linguística no comportamento comunicativo."
(7)

A psicolinguística, que é o estudo do comportamento verbal, deve ser concebida como se ocupando em especial do modo como o falante de uma língua encodiza seu comportamento em respostas, dependendo da estrutura de sua língua e, como o ouvinte, decodiza as mensagens linguísticamente codificadas em mais comportamentos.

O estudo avançado da ciência linguística e da teoria psicológica da aprendizagem deveria tornar possível a integração dos resultados das duas ciências no estudo da aquisição e uso, pelo indivíduo, de todos os tipos de respostas linguísticas: das mais simples até as mais complexas.

As áreas onde se faz mais necessária a pesquisa em psicolinguística são: aprendizagem da língua pela criança, aprendizagem de línguas secundárias, estrutura da personalidade, pensamento e resolução de problemas.

A psicolinguística possui implicações importantes para a teoria da psicologia geral, especialmente porque a noção do comportamento verbal estruturado numa hierarquia de unidade sugere uma organização semelhante do comportamento em geral.

Não deve o lingüista ser contra a "normatividade" ou a favor dela. Ele deve insistir no fato de que a problemática da "gramaticalidade", que não é o problema da "correção" ou do "pu-

rismo" da linguagem, é matéria legitimamente lingüística por dois motivos:

"a) as línguas são um produto das convenções e dos valores sociais, de onde derivam as "regras" que tornam compreensíveis as intercomunicações dos indivíduos e asseguram a sobrevivência e coesão das sociedades;

b) qualquer utilização da língua por um falante tem de ser por ele planejada para que sua mensagem atinja determinados objetivos, com exclusão de outros." (8)

A partir da colocação de Edward Lopes, tem-se a dupla perspectiva que torna necessária a regra:

a) no aspecto social, as "regras" lingüísticas são regras do comportamento social dos indivíduos, fazendo parte dos valores que são transmitidos de geração à geração;

b) no aspecto individual, ou o falante aceita as regras tidas como indispensáveis à execução dos objetivos a serem alcançados, ou deverá resignar-se a consequências não previsíveis que surgirão, resultado de uma mensagem errônea.

A tarefa de distinguir os reais limites entre o que é aceitável, admissível, gramatical numa língua e o que é simples matéria de decisão e escolha do falante nem sempre é fácil.

3-Jakobson e o Desenvolvimento Verbal da Criança

Para delinear e discutir as características específicas e integrais da linguagem humana, talvez a maneira mais própria de realizá-lo seja acompanhar o desenvolvimento verbal da criança, dos primeiros estágios à aquisição de uma língua em sua plenitude, pelo menos no que diz respeito às suas propriedades arquetônicas fundamentais.

No estágio primeiro da iniciação da criança no terreno da linguagem, produz somente totalidades de uma só palavra: simples holofrases, palavras equivalentes a uma frase. Suas funções, originalmente sincréticas, simultaneamente emotivas, conativas e referenciais, aos poucos se ramificam, ao mesmo tempo que atingem uma subclasse de elocuições holofrásticas, preponderante ou puramente referenciais, utilizadas na designação e identificação de certos pormenores do ambiente.

Leis estritamente implicacionais determinam a seleção e assimilação graduais desses traços distintos e finalmente "distintivos". Em sua produção e percepção oral a criança é levada

a observar as invariantes significativas do seu sistema fonêmico em evolução. Eis porque certos rudimentos de análise e de síntese fonológica relacionam-se necessariamente com as primeiras operações subliminares na vida lingüística da criança.

Toda língua, desde o primeiro estágio do discurso infantil, é dotada de dois tipos de componentes distintos (Jakobson, p.5-6) que são: condutores de significados e simples diferenciais de unidades significativas. Estes componentes dão origem aos dois sistemas interrelacionados, embora ainda autônomos. Só a linguagem humana é capaz de gerar múltiplas diferenças semânticas e/ou permutando um e sempre o mesmo par de traços distintivos.

Após o estágio holofrástico, segue-se o das frases simples. A criança desenvolve o uso articulado de pares de palavras, em que um dos dois componentes aparece subordinado a outro e serve como seu modificador, o determinante. O repertório de unidades usadas exclusivamente ou unicamente como modificadoras é, obviamente, menor do que o de unidades independentes.

O estágio das frases simples proporciona à criança os elementos básicos de sua gramática subliminar: diferença entre a parte e o todo, entre a palavra e a frase; princípio sintático da dependência; princípio morfológico da dupla classificação das palavras, as capazes de atuar ou não como modificadoras. A diferença entre a classe de palavras e os seus diversos membros leva à discriminação entre os conceitos gramaticais e léxicos.

O terceiro e mais decisivo estágio no caminho que conduz da infância ao domínio da linguagem, gera a aptidão para construir as orações independentes, construções sintáticas que comportam tanto sujeito como predicado gramaticais explícitos.

Toda holo frase referencial ou toda frase de duas palavras, do primeiro e do segundo estágio, age como apêndice verbal à situação imediata, interpretadas e rotuladas pelos estudiosos como "predicado psicológico" de um estímulo não verbalizado (Jakobson, p.6). Só a partir do momento em que a predicação encontra a sua contrapartida gramatical em uma "subordinação", surgindo uma conexão mútua de sujeito e predicado dentro da própria oração, é que o discurso referencial deixa de ser uma simples apreensão da percepção sincrônica da criança e se transforma em uma livre variável e mutável atribuição de sujeitos e predicados, libertando-se o seu desempenho verbal das circunstâncias do meio e do momento. A criança adquire a capacidade de falar de coisas e acontecimentos distantes tanto no espaço como no tempo, de coisas e acontecimentos fictícios, reais ou

irreais. Desenvolve-se na criança, de maneira gradativa, um intuitivo discernimento das relevantes diferenças entre as palavras como um todo e as unidades codificadas de um lado, e o código sintático de outro. O código sintático acrescenta matrizes definitivas às combinações de vocábulos em grupos de hierarquia diversas. No entanto, ao falar, o indivíduo mantém ampla liberdade para selecionar as palavras com as quais poderá preencher as matrizes no seu discurso. Essa liberdade, muitas vezes, já pode ser percebida por crianças de dois a três anos de idade.

O estabelecimento e o desenvolvimento de orações independentes e auto-suficientes, enriquece a competência lingüística da criança com algumas novidades indispensáveis.

As orações das crianças são as suas proposições elementares. Uma maneira de esclarecer o papel formativo desempenhado pelo aparecimento de orações independentes no desenvolvimento lingüístico da criança é citar a tentativa de Jakobson de definir o discurso como o "poder de posicionar" (Jakobson, p. 8).

O aparecimento e o desenvolvimento das proposições traz consigo as três formas de verificação da verdade a saber: afirmação, negação e interrogação. Estas formas tomam lugar no pensamento e na linguagem da criança.

A liberdade da criança para diversificar o contexto de uma mesma palavra cria a diferença entre o significado próprio, aquele que existe no núcleo desta palavra, e os seus significados marginais, figurativos; tornam-se visíveis duas propriedades da linguagem humana, ligadas entre si: sua sensibilidade em relação ao contexto e sua criatividade.

Durante o estágio de crescimento lingüístico que a fratura entre o projeto verbal e a sua simbolização, a tensão entre o código e a mensagem começa a ser percebida pela criança, seja de forma aberta ou apenas latente. A ação de referir a uma situação não verbalizada, complementa-se ou é substituída pela referência no contexto verbal à própria mensagem ou à do interlocutor. A decorrência necessária e imediata desse processo é o uso pela criança das duplas estruturas lingüísticas internas.

Jakobson aponta quatro tipos das duplas estruturas: "discurso indireto" em que a mensagem se refere a outra mensagem; "nome próprio", por ocasião dos apelativos, é uma unidade codificada cujo significado implica em uma referência ao código, pois "Carlos" significa alguém chamado "Carlos"; modo de discurso "metalingüístico" ou "autônomo", o das mensagens que se referem ao código; e, por último, os "deslocadores", tais como os tempos e os pronomes pessoais, unidades codificadas cujo si

gnificado geral implica em uma referência à mensagem. Os dois primeiros, o discurso indireto e o nome próprio, são de natureza circular e nos outros dois, o código e a mensagem se sobrepõem.

A superposição de orações subordinadas e subordinativas, dentro de uma nova e mais alta unidade gramatical, denominada "sentença complexa", marca o quarto estágio na aquisição da linguagem. É o estágio que permite um discernimento ainda mais profundo dos principais fatores constitutivos de qualquer evento lingüístico: emissor, receptor, referente, código e mensagens. Proporciona também uma diferenciação mais alta das funções verbais orientadas para cada um dos fatores mencionados: o e motivo, o conotativo, o referencial, o metalingüístico e o poético. Essas são as funções da linguagem e a sua autonomia cresce ao mesmo tempo em que se eleva o nível de sua interação. A sua hierarquia relativa apresenta uma variabilidade maior; enquanto a alternância de padrões hierárquicos distintos subjaz a formação e a diversificação de estilos verbais.

As observações críticas de Simpson, segundo Jakobson, sobre as referências filogenéticas à aquisição da linguagem pela criança não podem passar despercebidas:

"Na verdade, a criança não desenvolve nem inventa uma língua primitiva, mas aprende uma determinada e moderna língua, já completa e irreconhecivelmente diversa de qualquer possível língua primitiva. E mais, a criança faz tal aprendizado servindo-se de um cérebro moderno, a esta altura geneticamente preparado (através prolongadíssima ação da seleção natural) para o uso de uma língua completa e inteiramente não primitiva." (9)

No entanto, segundo Jakobson, a seqüência habitual das aquisições lingüísticas da criança parece indicar a existência de uma ordem intrinsecamente motivada, e por isso mesmo, sem dúvida, perpétua.

4-Linguagem e Educação

O ensino das artes lingüísticas abrange matérias instrumentais elementares como leitura, escrita, ortografia e fala, bem como de matérias votadas ao aperfeiçoamento de habilidades na expressão oral e escrita, compreensão de sentido e apreciação literária.

A forma avançada de educação na linguagem é um dos tra

ços inerentes de qualquer sociedade civilizada.

Há evidência considerável de que a educação contemporânea tem sido influenciada por novas doutrinas sobre a natureza da linguagem e do sentido, embora tais doutrinas possam não ter como origem direta a ciência lingüística.

Ernst Horn (apud Carrol, p.159) aponta as novas tendências: crescente atenção dada à língua como parte da cultura; rejeição do dualismo psicológico; reconhecimento do papel predominante dos símbolos verbais no pensamento; aceitação de uma interpretação behaviorista do sentido; procura do sentido da significação não em definições formais, porém nos processos do sentido e nas várias estruturas ou dimensões observáveis nesses processos; reconhecimento da origem social do sentido.

Horn afirma sua crença de que a maioria das incapacidades nas artes lingüísticas são "incapacidades básicas em simbolização lingüística" (Horn, apud Carrol, p.159). Menciona também a existência de disparidade entre o estilo da linguagem dos livros-textos e o estilo da língua falada como a criança aprende.

Nos últimos anos, no entanto, houve uma revolução no campo da educação da fala: os educadores da fala rejeitam velhas teorias da retórica e oratória, insistindo não só em que se deva dar treinamento integrado em todas as quatro aptidões da comunicação, (ler, escrever, falar e escutar), mas que esse treinamento deve ser dirigido ao aumento do ajustamento individual do aluno.

Eis algumas direções que a Lingüística e estudos afins podem dar, contribuindo na formulação dos fins e meios da instrumentação nas artes lingüísticas (Carrol, p.160):

a) reconhecimento da primazia da fala em contradistinação com a comunicação escrita, com orientação para a instrução na comunicação oral e no ensino da leitura;

b) familiarização com a estrutura fonêmica da língua e sua relação, ou falta de relação, com a ortografia, como preparo para o ensino da leitura, da escrita e da ortografia;

c) consciência do caráter dinâmico de um sistema lingüístico e suas mudanças no tempo e no espaço, como base para o ensino da gramática e seu uso;

d) conhecimento da natureza do sentido e sua gênese, como base para o aperfeiçoamento do vocabulário e para o ensino de como ouvir, entender e interpretar;

e) análise das diferenças individuais dos alunos com relação às suas necessidades e habilidades nas artes lingüísticas, como base para a adaptação da instrução à criança como indivíduo;

f) preocupação com o papel da língua em mediar virtualmente todo tipo de aprendizagem, como auxiliar no capitalizar os lucros da aprendizagem verbal e, ao mesmo tempo, no evitar os excessos de simples "verbalismo";

g) compreensão dos processos psicológicos envolvidos na encodização e decodização da informação através de um sistema lingüístico culturalmente determinado, como base para o ensino de todas as habilidades de comunicação.

Nas escolas, o ensino da leitura e da escrita é considerado como trabalho fundamental. Raramente é que se compreende que a criança necessita de treinamento para falar e escutar também. Outro ponto extremo se dá quando a leitura e a escrita são postas de lado, ou subestimadas de outras maneiras nos currículos da escola fundamental. As artes lingüísticas, particularmente a leitura e a escrita são importantes, mas não devem ser dominantes.

5-O Ensino da Língua Materna

O ponto de partida para a análise do papel do ensino da língua materna é a compreensão da natureza da linguagem e das características que definem uma língua materna por oposição à outra, a língua estrangeira.

A Lingüística descritiva define a linguagem como uma atividade social, padronizada pelo homem, manifestando padrões de substância, os fônicos, e aos menos potencialmente, os gráficos, a forma, a gramática, o léxico e o contexto. Procura compreender uma língua como forma, entendendo-se por este último termo aquele conjunto de elementos de que se serve um determinado grupo social para a intercomunicação e a expressão.

A Lingüística institucional define uma língua como o conjunto das atividades sociais executadas pelos participantes de uma comunidade que se consideram como falantes de uma mesma língua.

O indivíduo pode se utilizar de mais de uma língua, mas aquela que é a própria da comunidade da qual faz parte é a sua língua materna ou nativa. A maioria dos homens tem uma única língua nativa, a única da qual são tirados todos os seus re-

gistros; poucos são os que adquirem mais de uma língua como nativa, assim como uma minoria, mas não a mesma, substitui a língua materna por outra. Assim, grande parte dos brasileiros têm o português como sua única língua materna, conservando-a por toda a vida como sua única língua nativa; se aprendem uma língua estrangeira é com a intenção de usá-la como uma segunda língua, forma variante de atividade acessível a eles em certos registros. Nesse caso, a língua materna conserva sua condição de língua nativa, sendo sempre exigida para todos os fins que a atividade lingüística satisfaz em sua vida.

A língua materna é aprendida através do contato com os irmãos mais velhos, pais, adultos e outras crianças. A Lingüística geral e a aplicada apontam como questões importantes o modo em que aprende e a ordem em que se adquire os padrões lingüísticos.

No aprendizado de uma língua a criança comete "erros", desvia-se, em um ou outro nível, dos padrões da língua; qualquer pessoa que escute crianças pode apreender exemplos em todos os níveis: fonético, fonológico, gramatical e léxico.

Os erros são corrigidos por si mesmos, sem que haja necessidade de se ensinar à criança regras. Ao atingir a idade escolar, a maioria dos erros já não existem e os que ainda restam desaparecem em pouco tempo. Dominadas as habilidades fonéticas, a eliminação dos erros que se corrigem por si mesmos, independentemente da espécie é um aspecto altamente específico e limitado do aprendizado, pela criança, de sua língua materna, aspecto ao qual não se deveria dar ênfase excessiva.

O ensino da língua materna, nos primeiros anos da escola, tem uma tarefa muito maior e positiva que a correção pura e simples de erros: o ensino da leitura e da escrita, aliadas ao desenvolvimento das habilidades audiorais. Tal tarefa exige a extensão dos hábitos lingüísticos nativos da criança a um "medium" totalmente novo. A importância da tarefa da aquisição destas novas habilidades é tão evidente que não exige esforço (Halliday, p.259). Deve-se compreender que ao adquirir o novo "medium", a criança está ao mesmo tempo aprendendo a usar a linguagem para finalidades totalmente novas. É aí que surge pela vez primeira o principal problema do ensino da língua materna: o equilíbrio entre o prescrito e proscrito, de um lado, e o ensino descritivo, do outro, pois as convenções da língua escrita são diferentes das que regem a língua falada.

Há uma importante distinção que deve ser feita entre os três tipos de ensino ou de abordagem da língua: o produtivo, o prescritivo e o descritivo. Ensino produtivo da língua é o

ensino de novas habilidades, incluindo a maior parte do ensino de língua estrangeira e certos pontos da língua nativa, especialmente o ensino da leitura e da escrita. Ensino prescritivo de uma língua é a interferência com habilidades existentes, objetivando substituir um padrão de atividade, já adquirido com sucesso, por outro, sendo restrito à língua materna. O ensino prescritivo abrange o proscritivo, pois cada "faz isto" implica em um "não faça isto" (Halliday, p.260). O ensino descritivo da língua é a demonstração do modo como a língua funciona, abrangendo falar das habilidades já adquiridas, sem procurar alterá-las, mostrando como podem ser utilizadas. Há uma progressão lógica no ensino descritivo da língua, passando por três etapas, correspondentes à idade e à experiência da criança: como funciona a língua materna, como funcionam as diversas línguas estrangeiras e como funcionam as línguas em geral. Cada etapa pode iniciar em um momento adequado do curso escolar e, uma vez compreendida, continuar sempre de maneira proveitosa.

O ensino prescritivo aponta como razão da abordagem da língua materna o ensinar crianças a trocarem os seus padrões linguísticos tidos como inaceitáveis pelos aceitáveis. Entretanto os padrões nativos, dominados por uma criança normal, empregados como os aprendeu através de outros, devem ser considerados tão bons, enquanto linguagem, quanto os padrões substitutivos, os aceitáveis, e aplicados a qualquer nível da linguagem: gramática, fonológico, léxico ou fonética.

Assim, o ensino prescritivo significa selecionar os padrões, em qualquer nível, favorecidos por alguns membros da comunidade linguística, e usar práticas padronizadas de ensino, levando a criança a se adaptar aos padrões impostos. Agindo dentro de tais princípios, a criança é levada a acreditar que, usando a forma correta, aumentará seu domínio sobre o mundo externo. Na verdade, os padrões prescritos da língua conservam um caráter único entre o que é ensinado na aula pelo fato de recaírem sobre a prática da criança e, no entanto, oporem-se a ela (Halliday, p.261).

O ensino prescritivo assume formas diversas: há algumas normas que abrangem a fala e a escrita, enquanto que a maioria diz respeito expressamente à língua falada ou à língua escrita. É na linguagem escrita que aparece o caso especial de prescrições que dizem respeito à transferência de modelos da linguagem falada para a linguagem escrita, especialmente nas primeiras fases da leitura e da escrita.

Para Halliday (Halliday, p.262), o ensino da leitura e da escrita é produtivo, não prescritivo. Passa a ser ensina-

mento prescritivo a partir do momento em que o professor enfatiza que alguns padrões aceitáveis na fala não devem ser transferidos para a escrita. Há opiniões divergentes sobre até que ponto a diferença entre a linguagem escrita e falada deveria ser matéria de ensino prescritivo: de um lado, há professores que afirmam ser o proveito das crianças maior, caso pudessem escrever como falam; do outro lado, outros consideram que, tendo a linguagem escrita convenções próprias, estas devem ser ensinadas logo de início.

As convenções ortográficas, o modo de escrever, a pontuação e o uso das maiúsculas são ensinadas produtivamente: não há padrões existentes para serem alterados, repousando na teoria educacional as razões para não corrigir os erros ortográficos. O ensino da ortografia é considerado, pelos estudiosos, como o ensino de uma técnica, um meio para o fim, e que o propósito da instrução reside no uso da linguagem escrita, pois só é válida e útil para a linguagem escrita.

Já a correção de aspectos formais da linguagem escrita da criança, proibindo a transferência para a mesma de padrões aceitáveis na língua falada, é um tipo de ensinamento prescritivo, apresentando perigos, como a insegurança da criança quanto à "correção" de qualquer coisa que escreva, pois não lhe são apresentados os critérios gerais. Ela poderá julgar que está se defrontando com uma atividade nova, forma que tem pouca revelação com a língua por ela conhecida. Se o ensino prescritivo tomar mais do que uma fração do tempo total do ensino da língua, instala-se no espírito do aluno uma falsa imagem da linguagem, criando no mesmo uma incompreensão da língua, impedindo o uso que conhece.

O ensino da língua materna é importante e central. Por isso, para evitarmos gerações de analfabetos e de pessoas que pronunciam as palavras de modo errado, no entender de Halliday, devemos colocar de lado o ensino prescritivo.

A instrução lingüística descritiva tem por objetivo mostrar o modo como a linguagem funciona, desempenhando a língua materna, (a língua que o aluno melhor conhece), o papel principal.

O ensinamento lingüístico descritivo consiste em mostrar à criança como a língua funciona mediante a exposição, a ordenação e os acréscimos relativos ao seu uso da língua materna. Podem relacionar-se com o conceito geral de "estratos" da lingüística, como da gramática, do léxico, "como os elos que constituem a cadeia que vai da lingüística acadêmica de gabinete numa extremidade, até a prática das aulas na classe" (Halliday, p.

268).

Os "estratos" da lingüística conforme Halliday são:

19-Trabalho sobre a teoria lingüística geral, publica do nas revistas acadêmicas de lingüística por lingüistas e foneticistas.

29-Utilização da teoria para descrever as línguas reais, como os enunciados completos das categorias gramaticais exigidas na descrição da língua. É ainda trabalho de cientistas, de universitários que prosseguem na especialização de lingüística ou fonética, aprofundando o estudo da teoria lingüística geral, aprendendo a "fazer" descrições das línguas.

39-Descrição de uma língua para o uso daqueles que a ensinam, através de monografias, discussões e críticas, especialmente em colégios de aplicação e departamentos de línguas de universidades.

49-O compêndio, a obra colocada nas mãos dos alunos que estudam e aprendem a língua. É neste estrato que a idade do estudante aparece como variável que determina a escolha do material e o método de aplicação.

59-O conteúdo real do ensino na aula, os métodos pelos quais o professor mostra a língua em funcionamento, os aspectos que escolhe para ilustrá-lo e o tipo de língua que ele próprio usa falar de tais aspectos.

O principal empenho no ensino da língua nativa, no entender de Halliday, deveria fazer-se no ensino produtivo e descritivo, não no prescritivo.

O ensino produtivo da língua se interessa em ajudar a criança a entender o uso de sua língua de forma mais eficiente. Ele não busca alterar padrões já adquiridos pelo aluno e sim aumentar os recursos que possui de tal maneira que tenha ao seu alcance, para o uso adequado, a maior escala possível de potencialidades de sua língua em qualquer situação (Halliday, p.276).

No ensino produtivo, somente uma pequena parcela consiste em ensinar às crianças novos padrões. Sem a terminologia técnica, a criança aprende a gramática e o léxico, assim como aprende a fonologia e fonética fora das aulas: aprendeu grande parte do aparelho antes de frequentar a escola. Já na escola, continua a aprender novos vocábulos e alguma coisa de gramática, resultado da ampliação de sua experiência geral: novidades chegam à criança por meio da instrução em diferentes matérias na escola e o resto pelo desenvolvimento de seus interesses em ou-

tras direções fora da escola.

CONCLUSÃO

As línguas são um produto das convenções e dos valores sociais, de onde se originam as regras normativas que tornam compreensíveis as intercomunicações dos indivíduos e asseguram a sobrevivência e a coesão das sociedades. Além, disso, qualquer utilização da língua por um falante tem de ser por ele planejada para que sua mensagem atinja determinados objetivos, excluindo outros. A partir das colocações acima, tem-se a dupla perspectiva que torna necessária a existência da regra: no aspecto social, as regras traduzem as normas do comportamento social dos indivíduos, fazendo parte dos valores que são transmitidos de geração à geração; no aspecto individual, ou o falante aceita as regras vistas como indispensáveis à execução dos objetivos a serem alcançados, ou deverá resignar-se a consequências não previsíveis que surgirão como resultado diante de uma mensagem errônea.

Diante do exposto, não deveria o lingüista ser contra a "normatividade" ou a favor da mesma, insistindo no fato de que o problema da "gramaticalidade" é matéria legitimamente lingüística. A tarefa de delimitar os reais limites entre o que é aceitável, admissível, gramatical numa língua e o que é simples matéria de decisão e escolha pessoal do falante nem sempre é fácil. Além disso, o que hoje se considera como um erro, amanhã poderá ser considerado como acerto, pois a língua é um processo em constante evolução e, por isso, passível de modificações com o correr dos anos, uma vez que ela é um instrumento de comunicação e expressão do homem. Também é habitual verificarmos que a fala das elites culturais e dos melhores escritores da nossa língua apresenta-se com incorreções, conforme os padrões lingüísticos vigentes, tais como: orações mal construídas, concordâncias elípticas e redundâncias.

A linguagem faz parte da nossa vida, acompanhando-nos desde o nosso nascimento até a nossa morte. Assim, ao entrar em contato com o mundo, com as pessoas que formam esse mundo, a criança inicia a aprendizagem de sua língua materna. O choro de um recém-nascido, o balbuciar de um nenê e as palavras desarticuladas de uma criança que principia a falar são formas de linguagem, pois através dos mesmos ela se comunica com o mundo e com as pessoas, realizando a função da linguagem tida por mui-

tos estudiosos como básica, essencial de todo ser humano: a função comunicativa.

O aprendizado da língua materna se dá por imitação: a criança iniciante procura imitar os seus irmãos mais velhos, os seus pais, os adultos e as outras crianças. É por isso que se dá tanta importância ao ambiente dos falantes, pois é relevante o modo em que a criança aprende a língua e a ordem em que ela adquire seus padrões lingüísticos.

No aprendizado assistemático da língua a criança comete alguns "erros", desviando-se, em um ou outro nível, dos padrões lingüísticos. Com o tempo, antes mesmo de atingir a idade escolar, a criança normal já terá corrigido grande parte desses "erros", e os que ainda restarem, por certo, desaparecerão em pouco tempo. Eis o motivo pelo qual o ensino da língua materna nos primeiros anos de escola tem uma tarefa muito maior e positiva que a simples correção de erros, devendo-se voltar ao ensino da leitura e da escrita, aliadas ao desenvolvimento das habilidades audiorais.

A língua deve ser ensinada na escola. A gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. No entanto, é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. Pode-se fazer muita coisa com o mínimo de terminologia, não sendo necessário dar os nomes das categorias da língua, objetivando a demonstração de seu funcionamento.

Várias são as críticas que podem ser feitas ao ensino da língua materna em muitas de nossas escolas, tais como: o ensino prescritivo tem maior valor às custas do ensino produtivo; a língua falada é desprezada; dá-se pouca atenção aos registros não-literários e a teoria lingüística; a descrição da língua subjacente ao ensino são desprovidas de interesse e de poder explicativo.

O ensino da língua materna tem como finalidades: educacional, pois todos deveriam conhecer alguma coisa sobre como a sua própria língua funciona; pragmática, porque todos precisam aprender a língua da maneira mais eficiente possível; e por fim, as finalidades indiretas, porque o seu valor está na aplicação, uma vez que conhecer a língua materna é estar bem equipado para aprender uma língua estrangeira e para compreender e apreciar a literatura pátria.

O ensino da língua nativa apresenta o seguinte quadro: importância demasiada à prescrição obsoleta e ensino produtivo centralizado na composição literária. Esta abordagem prejudica em vez de auxiliar a criança a desenvolver sua habilidade

na língua materna. A solução seria reduzir o ensino prescritivo ao mínimo, introduzir a descrição científica e válida, e procurar alargar os horizontes do ensino produtivo.

A opinião geralmente aceita é a de que a finalidade do estudo da língua materna no currículo escolar é a de capacitar as crianças a fazerem o uso da língua, sem ser necessário compreender "porque" e "como" a língua pode executar as funções que dela se esperam, ou quais são essas funções. Portanto é até revolucionário sugerir que as crianças devam aprender alguma coisa sobre a natureza da linguagem.

O ensino prescritivo da língua materna consiste em ensinar à criança os padrões lingüísticos tidos como aceitáveis, corretos, a fim de substituírem os padrões nativos da criança, vistos como inaceitáveis. Entretanto os padrões nativos de uma criança devem ser considerados tão bons; enquanto linguagem, quanto aos padrões substitutivos, os aceitáveis. A criança normal, obrigada, conduzida a se adaptar a tais padrões que lhe são impostos, é levada a crer que, usando a forma correta, aumentará seu domínio sobre o mundo que a cerca. É na linguagem escrita que aparece o caso especial de prescrições, dizendo respeito à transferência de modelos de linguagem falada para a escrita. A correção de aspectos formais da linguagem escrita, especialmente nas primeiras fases da leitura e da escrita, proibindo a transferência para a escrita de padrões aceitáveis na língua falada, é um tipo de ensinamento prescritivo, apresentando perigos, como a insegurança da criança quanto à correção de qualquer coisa que escrevê, pois não lhe apresentam os critérios gerais. A criança poderá julgar que está diante de uma atividade nova, forma que tem pouca relação com a língua por ela já conhecida.

O ensino produtivo da língua materna não procura modificar e alterar os padrões lingüísticos já adquiridos pela criança e sim aumentar seus recursos de tal forma que tenha ao seu alcance, para o uso mais adequado, a maior escala possível de potencialidades de sua língua em quaisquer situações.

Seria vantajoso se a introdução da criança na linguagem escrita pudesse ser relacionada a uma demonstração de seu próprio uso da língua falada. Deve-se incluir o registro narrativo, que também faz parte da experiência da língua falada de muitas crianças, mas mostra a língua escrita empregada em registro não narrativo, tais como regras de jogos e lista de compras. Quanto mais fizermos a escrita e a fala parecerem operar com as mesmas "formas" da língua, diferenciando-se somente na substância, tanto mais importante parecerá ser a escrita.

A criança precisa aprender as variedades da língua a-

dequadas a diferentes situações, a amplitude e o uso de seus registros e línguas restritas. Parte do material será apresentado descritivamente. Ao analisar o uso e a significação de certo padrão ou elemento, o professor chama a atenção para a tendência dos diferentes tipos de situação. A tendência da linguagem a assumir diferentes variedades já penetra no ensino da leitura e da escrita. Cedo ou tarde a criança aprende que certos padrões da fala não se encontram na língua escrita.

O ensino das distinções de registro, pode ser, de preferência, desagregado do ensino da leitura e da escrita enquanto tais: é difícil aprender a ler e a escrever sem diminuir o entusiasmo do estudante pelo fato de não poder escrever coisas que seriam a justificativa e a utilidade da aprendizagem. A escolha do registro é mais complicada do que a simples distinção entre língua falada e a escrita. Assim, quatro narrativas de um episódio, de uma partida de tênis, registrada no diário de uma jogadora, narrada aos pais pela mesma, descrita no jornal da cidade e citada pelo diretor do clube num discurso: não há motivo para se imaginar que hajam menos diferenças gramaticais e léxicas entre as duas narrativas faladas, a narração da moça aos pais e o discurso do diretor, ou entre os dois relatos escritos, do diário da jogadora e do jornal da cidade, do que uma exposição falada e outra escrita.

O foco do ensino lingüístico produtivo é a amplitude e o uso das diferentes variedades da língua nativa, mais do que a real introdução de novos padrões e elementos.

O ensino tradicional da língua materna superestimou grandemente a prescrição, esquecendo quase que por completo a descrição. E ensino tendia se concentrar em demasia no ensino da composição. E o aprendizado para escrever ensaios literários não é essencial na educação infantil, porque isto não ajuda a criança a usar a língua falada, ainda mais se levarmos em conta que a língua escrita não é a única nem a mais necessária.

Finalizando, consideramos importantes algumas colocações sobre o assunto, apresentadas por Ingo Voese no seu trabalho, "A Crise da Palavra: Perspectivas para Interpretação e Produção de Textos":

1-É necessário que haja um replanejamento dos objetivos das aulas de língua materna, os quais deverão, em primeiro lugar, voltar-se à instrumentalização do indivíduo a nível de desempenho. É necessário que se dê ao educando acesso a textos de um código lingüístico mais elaborado, e não somente a regras de gramática. A fixação de regras acontecerá a partir dos estímu-

los oriundos do texto, cujos vocábulos e construções gramaticais se destinam para referir o conhecimento objetivo do homem atual. O código elaborado sô o é a partir de uma lógica, não a lógica das línguas naturais, mas a formalizada, encontrada especialmente no contexto da palavra escrita.

2-Se o exercício das funções da linguagem se verifica no uso e se a lógica de que se reveste a linguagem de que se deve armar o homem para poder exercer a crítica está no contexto da palavra escrita, então se justifica a escolha do texto como o espaço em que propomos organizar uma pedagogia corretiva.

3-A linguagem está presente não somente nas atividades humanas de ordem racional. O desconhecimento das diferentes funções que pode exercer a nossa linguagem, dificulta o estabelecimento de objetivos para a aula de língua materna e faz com que se percam de vista os traços organizadores de uma metodologia de ensino.

4-Quanto à fixação de objetivos, permanecemos somente com os relacionados ao que Popper denomina de funções superiores, a descritiva e a argumentativa: capacitar o aluno ao pensamento lógico e desenvolver a capacidade argumentativa, em termos de coerência, clareza e profundidade.

5-O uso do texto literário é válido, mas não quando se propõe realizar um trabalho de caráter essencialmente racional/lógico.

6-A função argumentativa pressupõe a descritiva, ambas funções superiores; e, por isso, quando se fixa o objetivo ligado à função argumentativa, está implícito o relacionamento à descrição.

7-A cultura tecnológica é uma característica dos tempos modernos. Partindo desta afirmativa, devemos preparar o aluno para este tipo de cultura a fim de que ele possa sobreviver dentro dela ou então criticá-la: devemos dar-lhe condições mínimas de participação consciente de um processo cultural.

8-Não podemos negar que o homem nasce sem falar uma língua determinada, nem tampouco que aprende a falar sem que existam certos estímulos. A linguagem é importante no desenvolvimento infantil, dada a essa capacidade inata de organizar o mundo para dar-lhe um sentido.

9-A interpretação do texto seria a preparação da redação. O ato de redigir sempre será secundário em relação ao ato

de conhecer; o que é um texto e o assunto sobre que se produzirá um texto. Por isso, o uso do texto, intensificado em todas as disciplinas da escola, e não somente nas aulas de Língua Portuguesa, usados critérios e metodologias adequados a uma interpretação, deve abrir maiores possibilidades de melhoria na produção de linguagem dos alunos, possibilitando o acesso à sua condição de seres humanos na concepção de Popper, mantendo um constante processo de interação entre o mundo da linguagem e a razão crítica.

10-A aula de Língua Portuguesa, atualmente, peca em dois aspectos: não dá condições ao aluno de ter acesso ou de produzir a linguagem que refere e funda a cultura; não abre oportunidades de exercício da razão crítica, quer pelas funções que a escola em geral assume dentro do nosso sistema cultural, quer pela ausência das linguagens que se prestariam ao exercício das funções descritiva e argumentativa.

11-Nos cursos superiores de Letras, poucas condições são dadas para modificar a situação, pois há pouca aceitação, no Brasil, das colocações da Lingüística: se a ciência da linguagem, no curso de Letras, deve ocupar posição central quando se trata do ensino de línguas, deve, igualmente, ocorrer uma modificação da mentalidade dos professores não diretamente envolvidos com atividades de estudo e pesquisa lingüísticas.

12-Ainda que no curso superior se estabeleçam novas didáticas em função de novos conteúdos, direções das escolas, em geral preocupadas em evitar modificações que lhes sejam esforço na tarefa de explicá-las à comunidade, impedem que elas se traduzam em novas perspectivas de aula.

A moderna sociologia define o sistema educacional como um conjunto de mecanismos institucionais com a finalidade de preservar uma cultura herdada e de um conjunto de relações que movimentam esta cultura e que determinam, numa sociedade de classes, a distribuição do poder. Desta forma, se a instituição educacional se mantém por ser sua ação legitimada pela sociedade, sustentando-se através do apoio e do controle da classe dominante, da classe detentora do poder, à escola não resta outra opção do que reproduzir este conjunto de relações ou tornar-se uma instituição marginalizada ou marginalizadora: não cabe a ela uma função transformadora, preparando o educando como um agente modificador da estrutura social vigente. A marginalização da escola significaria, possivelmente, o seu fim, pois, além do controle do sistema, com a força educacional da família ainda mui-

to presente na vida da criança e com a influência das mensagens dos modernos meios de comunicação social, o educando, especialmente o de 2º grau, já tem um projeto de vida elaborado. (Voese, p.28).

BIBLIOGRAFIA

- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. 3a. ed. São Paulo, Nacional, 1973. 316 p.
- CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à Lingüística*. s.ed. Porto Alegre, Globo, 1974. 395 p.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 1976. 114 p.
- . *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2a.ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1976. 264 p.
- CARROL, John Bissel. *O Estudo da Linguagem*. s.ed. Petrópolis, Vozes, 1973. 268 p.
- CARVALHO, José Herculano. *Teoria da Linguagem*. s.ed. Coimbra, Atlântida, 1967. 381 p.
- CHAGAS, Valnir. *Didática Especial de Línguas Modernas*. 3a. ed. São Paulo, Nacional, 1979. 512 p.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 6a.ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1974. 357 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1a.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975. 1517 p.
- GUARANY, Wilson Chrisostomo & BENTZ, Ione Maria Ghislene. *Meta Comunicação*. 2a.ed. Porto Alegre, Emma, 1975. 150 p.
- HALLIDAY, M.A.K. et alii. *As Ciências Lingüísticas e o Ensino de Línguas*. s.ed. Petrópolis, Vozes, 1974. 352 p.
- JAKOBSON, Roman. As características Fundamentais e Específicas da Linguagem Humana. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, 67 5-10, jun./jul. 1973.
- JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de Lingüística*. s.ed. Rio de Janeiro, Presença, 1976. 357 p.

- LOPES, Edward. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. s.ed São Paulo, Cultrix, 1976. 346 p.
- LUFT, Celso Pedro, *Moderna Gramática Brasileira*. s.ed. Porto Alegre, Globo, 1976. 193 p.
- MALMBERG, Bertil. *A Língua e o Homem*. 5a.ed. Rio de Janeiro, Nórdica, 1976. 181 p.
- MARTINET, André. *Elementos de Lingüística Geral*. 5a.ed. Lisboa, Sá da Costa, 1973. 233 p.
- MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. *Português Instrumental*. 2a.ed. Porto Alegre, Globo, 1977. 395 p.
- ROBINS, Robert Henry. *Lingüística Geral*. s.ed. Porto Alegre, Globo, 1977. 395 p.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 6a.ed. São Paulo, Cultrix, 1974. 279 p.
- TONDO, Nádia Velinho. *Uma Teoria Integrada da Comunicação Lingüística*. introdução à gramática transformacional. 2a.ed. Porto Alegre, Sulina, 1974. 300 p.
- VOESE, Ingo. *A Crise da Palavra: Perspectivas para Interpretação e Produção de Textos*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1977. 45 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Riccobur, apud Lopes, Edward. *Fundamentos de Lingüística Contemporânea*. s.ed. São Paulo, Cultrix, 1976. p.78.
- (2) Robins, Robert Henry. *Lingüística Geral*. s.ed. Porto Alegre, Globo, 1977. p.3.
- (3) Carvalho, José Herculano. *Teoria da Linguagem*. s.ed. Coimbra, Atlântida, 1967. p.27.
- (4) Popper, apud. Voese, 1977, p.12.
- (5) id. ibid. p.12.
- (6) Martinet. André. *Elementos de Lingüística Geral*. 5a.ed. Lisboa, Sá da Costa, 1973. p.154.
- (7) Carrol, John Bissel. *O Estudo da Linguagem*. s.ed.

Petrópolis, Vozes, 1973. p.125.

(8) Lopes, Edward. Fundamentos da Lingüística Contemporânea. s.ed. São Paulo, Cultrix, 1976. p.24.

(9) Simpson, apud. Jakobson, Roman. As Características Fundamentais e Específicas da Linguagem Humana. Revista Vozes, Petrópolis, 67: 5-10, jun/jul. 1973. p.9-10.

Y

Composta e impressa na GRÁFICA UNIVERSITÁRIA da A P E S C

-Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul-

Rua: Cel.Oscar Jost, 1551 - Santa Cruz do Sul - RS - Brasil

1980